

Nota pública sobre a conduta hostil e ofensiva de setores do Parlamento que atacaram novamente a Ministra do Meio Ambiente

A ASCEMA Nacional vem a público expressar profunda indignação diante da conduta hostil e ofensiva de parlamentares que, sob o pretexto do embate político, têm promovido sucessivos episódios de desrespeito institucional, ataques à função pública e à agenda socioambiental brasileira.

Durante audiência pública realizada na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, no último dia 2 de julho, membros do Parlamento recorreram a insultos, comparações infundadas e agressões verbais incompatíveis com a ética pública e a liturgia do cargo que ocupam.

Tais atitudes, além de afrontarem os princípios básicos do debate democrático, revelam uma escalada de intolerância contra políticas ambientais construídas com base em evidências científicas, participação social e compromisso com o interesse público. Não se trata apenas de discordância ideológica, mas da tentativa deliberada de desqualificar o Estado enquanto promotor de direitos e garantias fundamentais — especialmente daqueles que historicamente enfrentam desigualdade, invisibilidade e exclusão dos processos decisórios.

Os ataques direcionados à representante máxima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima atingem, na verdade, toda a estrutura pública responsável pela proteção do patrimônio ambiental, da justiça climática e dos direitos coletivos das pessoas desta geração e das futuras gerações.

Lamentamos que parte do Parlamento tenha optado pelo caminho da agressão pessoal, do autoritarismo retórico e da negação da crise ambiental — atitude que envergonha o país e enfraquece a construção de políticas públicas sérias, amplamente dialogadas e socialmente referenciadas. Os ataques misóginos e racistas dizem mais sobre os parlamentares que os praticam do que sobre aqueles que os recebem.

A ASCEMA Nacional reafirma seu compromisso com a função pública pautada no respeito, na democracia e na defesa intransigente da natureza como bem comum, bem como da administração pública como instrumento de justiça social.

Brasília, 27/05/2025

ASCEMA Nacional